

Delator apontou Michelle e Eduardo como 'radicais'

Ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, Cid disse que mulher e filho de ex-presidente acreditavam no apoio do 'povo e dos CACs' para golpe

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), respectivamente mulher e filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, atuaram para instigá-lo a dar um golpe de Estado após a derrota na disputa pelo Palácio do Planalto contra Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, segundo disse o ex-ajudante de ordens Mauro Cid, na primeira delação premiada feita por ele, em agosto de 2023. O teor desse depoimento foi revelado inicialmente pelo jornalista Elio Gaspari nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo, e confirmado pelo Estadão.

Segundo Cid, os dois participavam de um grupo mais radical que dizia que o ex-presidente teria "o apoio do povo e dos CACs (caçadores, atiradores e colecionadores)" para dar um golpe de Estado. Nem Michelle e nem Eduardo foram indiciados pela Polícia Federal (PF) e não há menção a elementos e provas, ao menos neste primeiro depoimento. Cid foi inquirido pela PF mais vezes ao longo de 2023 e 2024.

Na delação, Cid apontou que



Eduardo e Michelle não foram indiciados no inquérito que apura trama

Eduardo tinha mais contato com os CACs. Também teriam participado desse grupo ex-ministros, como Onyx Lorenzoni (PL) e Gilson Machado (PL); atuais senadores, como Magno Malta (PL-ES) e Jorge Seif (PL-SC), o ex-assessor internacional de Bolsonaro Filipe Martins e o general Mario Fernandes.

Malta disse que as conversas com Bolsonaro neste período envolviam momentos de consolo. "Minhas interações com Bolsonaro após as eleições eram pauta-

das em momentos de consolo, orações e leitura da Bíblia. Estou plenamente disposto a cooperar com as autoridades, buscando esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir."

Seif negou ter incitado Bolsonaro a tentar um golpe. "Nego veementemente que em quaisquer de meus encontros com o presidente tenha abordado ou insinuado decretação de intervenção ou outras medidas de exceção (...) o depoimento vazado é completamente inverídico."

SAIBA MAIS SOBRE A DELAÇÃO DO EX-AJUDANTE DE ORDENS

- O tenente-coronel Mauro Cid prestou assistência direta ao ex-presidente entre 2018 e 2022. Era uma espécie de secretário particular de Bolsonaro, o que lhe assegurava acesso a agendas oficiais e reuniões reservadas. Quando decidiu assinar o acordo de colaboração premiada, em setembro de 2023, os investigadores acreditavam que ele teria farto material para entregar.
- A delação de Cid foi o ponto de virada de inquéritos sensíveis contra Bolsonaro, sobretudo do chamado "inquérito do golpe", que levou ao indiciamento do ex-presidente.

- A lei não permite que condenações sejam baseadas apenas na palavra do delator, mas as declarações servem como meio de prova, ou seja, como pistas para que as autoridades sigam a trilha de um crime. E foi isso que a PF buscou fazer nas investigações sobre a trama golpista arquitetado em 2022.

- Mauro Cid associou Felipe Martins, ex-assessor especial da Presidência, ao rascunho de decreto para determinar novas eleições e prender desafetos de Bolsonaro, como os ministros Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, do Supremo, e o senador Rodrigo

Pacheco (PSD-MG). Martins chegou a ser preso em 2024.

- Cid também revelou que Bolsonaro se reuniu com a cúpula das Forças Armadas para avaliar uma intervenção militar para anular o resultado da eleição de 2022. Posteriormente, o general Marco Antônio Freire Gomes e o brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior confirmaram a reunião em depoimento à PF.
- Advogados que representam Bolsonaro se dizem "indignados" com "vazamentos seletivos" da delação, "enquanto lhes é sonegado acesso legal à integralidade da referida colaboração".

EMENDAS PARLAMENTARES

Dino libera repasses para mais três ONGs

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou no sábado o repasse de emendas parlamentares para três das 13 ONGs que haviam sido impedidas de receber os valores por não cumprirem normas de transparência. Foram beneficiadas a Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense (FEC), o Instituto Besouro de Fomento Social e Pesquisa e a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Sorocaba.

As entidades haviam sido citadas em relatório da CGU (Controladoria-Geral da União) sobre organizações não governamentais e entidades do terceiro setor que, segundo a CGU, não adotam mecanismos adequados de transparência ou não divulgam informações sobre a aplicação de verbas de emendas parlamentares. Dino liberou o dinheiro após a própria CGU informar que as entidades promoveram ajustes e agora cumprem as exigências para receber os recursos.

A CGU concluiu que as entidades "disponibilizam página de transparência de fácil acesso, apresentam informações sobre emendas parlamentares a elas destinadas e, portanto, cumprem os requisitos de transparência". Dino manteve a ordem para a CGU acompanhar a aplicação dos recursos, por meio de auditorias. Dino diz que o monitoramento é necessário para "afastar definitivamente (ou não) qualquer dúvida remanescente sobre as entidades".

Seu verão precisa de hidratação. **Unimed** **somos COOP**

Seu verão precisa de cuidado. **VERÃO PROTEÇÃO**

ANS - nº 367087



TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Vinda de ministro não encerra impasse sobre Propag

A vinda do ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, nesta terça e quarta-feira, ao Rio Grande do Sul, para balanços de ajuda do governo federal ao Estado, não encerrará o impasse em torno do impacto dos vetos do presidente Lula (PT) ao Propag, o novo programa de renegociação das dívidas com a União. É fato que o Propag, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, é o melhor plano colocado na mesa para os estados endividados em mais de duas décadas. A curto prazo, no entanto, considerando a situação inédita e exclusiva do Rio Grande do Sul, a cautela do governador Eduardo Leite (PSDB) é compreensível e necessária. O impasse entre a União e o governo gaúcho reflete não apenas as dificuldades de conciliar interesses federativos, mas também a urgência de soluções concretas para destravar investimentos em um Estado que enfrenta desafios econômicos históricos e os reflexos de um episódio climático de igual proporção. Neste contexto, o componente político não pode ser ignorado. As relações entre o governo estadual e a União, muitas vezes marcadas por desconfianças e interesses divergentes, precisam ser ressignificadas em nome do bem comum. O prazo para a adesão ao Propag se estende até 31 de dezembro de 2025, mas seus impactos para o Rio Grande do Sul irão bem mais além. Outro ingrediente que não pode ser ignorado é o de que, quanto mais perto do prazo fatal, mais contaminado o cenário ficará em função das eleições gerais de 2026. O fato de Leite ser um player nacional torna a situação ainda mais complexa.

Retomada movimentada

A Assembleia retomará os trabalhos no dia 3 de fevereiro, após o recesso, já com pautas que devem mobilizar as discussões no primeiro semestre. Além do processo de reconstrução e do Propag, estarão em debate propostas relativas à segurança, como a da Polícia Penal, o projeto de reajuste de 6,27% do piso do magistério, que ainda não foi encaminhado à Casa, e os pedágios previstos em blocos de concessões do governo gaúcho.

Exigências dificultam acesso a programa

O prefeito Sebastião Melo (MDB) e o secretário extraordinário da Reconstrução, Maneco Hassen, se reuniram na última semana. Na pauta do encontro, que contou com as presenças de vereadores, deputados e moradores do Sarandi, foram tratadas as dificuldades burocráticas que têm inviabilizado o acesso ao programa Compra Assistida. Entre elas, as exigências da Caixa Econômica Federal em relação aos imóveis a serem adquiridos. Segundo Melo, há expectativas em torno de uma flexibilização para que o programa cumpra o objetivo pelo qual foi lançado.

Entidades de TCEs acompanharão novo plano

As entidades que representam os tribunais de contas no Brasil criaram um grupo de trabalho para acompanhar e fiscalizar o novo Plano Nacional de Educação (PNE). A iniciativa busca garantir o cumprimento das metas estabelecidas no plano e reforçar o papel dos tribunais na fiscalização dos recursos públicos destinados à educação. O PNE está previsto em projeto de 2024, que tramita na Câmara dos Deputados. O texto estabelece diretrizes educacionais para os próximos dez anos. Coordenado pelo conselheiro Cezar Miola, vice-presidente de Relações Político-Institucionais da Atricon, o grupo terá conselheiros, auditores e especialistas em controle externo. "O grupo terá como missão propor medidas que assegurem o alcance das metas do PNE e o fortalecimento das políticas públicas educacionais, com especial atenção à primeira infância e à educação básica obrigatória para crianças e adolescentes de 4 a 17 anos", diz Miola. A primeira reunião do grupo está prevista para o início de março, quando será definido o cronograma de trabalho.

APARTES

- Nos próximos dias o prefeito da Capital, Sebastião Melo, e Bruno Vanuzzi, que comandará o Dmae, terão conversas decisivas sobre o formato de concessão do departamento. O projeto, a ser enviado à Câmara em fevereiro, mobilizará discussões após o fim do recesso.

- **A coluna ficará aos cuidados de Mauren Xavier pelos próximos 15 dias. São as férias.**